

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento territorial e sustentabilidade

Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

As cidades em processo. Guilherme Wisnik, Ana Luiza Nobre e Ligia Nobre – Folha de São Paulo, Ilustríssima. 06/10/2013	4
Projeto estimula cadeias produtivas em regiões carentes. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 07/10/2013	7
Plano ABC Nacional visa reduzir emissão de gás carbono na agricultura familiar – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/10/2013	8
De todos os picaretas. Fernando Gabeira – O Estado de São Paulo, Opinião. 11/10/2013.....	10
Carvoarias ameaçam Serra Vermelha no Piauí – O Estado de São Paulo, Política. 13/10/2013.....	12
Cinco municípios da Amazônia saem da ‘lista negra’ de desmatamento. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 14/10/2013	13
Dilma lança plano de agricultura orgânica – O Globo, País. 16/10/2013.....	13
Ministério investe na produção agroecológica – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/10/2013	14
Aprovadas propostas prioritárias para o desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2013.....	15
Plano 'Brasil Agroecológico' contará com R\$ 9 bilhões. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2013.....	16
Terminais no Tapajós sob risco. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2013.....	17
Construção coletiva para um Brasil rural sustentável – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013	18
Assentamentos Verdes - Incra apresentana anteprojeto do Plano de Trabalho do programa a procuradores – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013.....	19
Dilma corteja trabalhador rural e faz promessas ambientais. Bruno Peres e Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 18/10/2013	20
“Não existe desenvolvimento sustentável com o Estado diminuído”. Fernanda Silva – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). 21/10/2013	21
Chapada do Apodi: a defesa do território, da agroecologia e da vida. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 24/10/2013.....	23
RJ: Incra e Inea avançam na regularização ambiental de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/10/2013	26

"Brasil Agroecológico" é avanço importante. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 25/10/2013	27
Economia verde: parcerias são fundamentais para bons negócios. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/10/2013	29
Aquecimento global pode aumentar desigualdade no Brasil, alerta estudo. Daniela Chiarelli – Valor Econômico, Agronegócios. 25/10/2013	31
CNMA mostra histórias de sucesso relacionadas à sustentabilidade. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/10/2013	35
Ipam vê tendência de aumento de incentivo a setores mais poluentes. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 29/10/2013	36

**As cidades em processo. Guilherme Wisnik, Ana Luiza Nobre e Ligia Nobre –
Folha de São Paulo, Ilustríssima. 06/10/2013**

RESUMO A 10ª Bienal de Arquitetura de São Paulo terá como foco discussões acerca dos problemas e potenciais das metrópoles. Após o colapso do modelo de desenvolvimento urbano, protestos por todo o mundo demonstram que cidades não são apenas "máquinas de fazer dinheiro", mas também espaços de satisfação de desejos.

*

As cidades estão hoje no centro da discussão mundial. O planeta se urbanizou de forma rápida e avassaladora, as metrópoles incharam, tornaram-se infinitamente mais complexas, e a ciência responsável por refletir sobre esses processos e reger seu crescimento -o urbanismo- entrou em colapso. Por onde seguir?

Desacreditado o modelo ocidental para o desenvolvimento urbano após a crise financeira de 2008, cidades que cresceram em meio a crises sistêmicas e fora do centro, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Lagos e Shenzhen, entre outras, assumiram relevância em função dos problemas e das complexidades para os quais apontam.

Se nos anos 1990 vivíamos uma espécie de fatalismo, segundo o qual as cidades pareciam não ter alternativa a não ser entregar-se inteiramente ao capital financeiro e globalizado, temendo sempre o risco-país, hoje as experiências bem-sucedidas (ainda que contraditórias) de cidades como Medellín, na Colômbia, somadas à força contestatória dos vários "occupy" pelo mundo, demonstram que os centros urbanos não podem ser apenas "máquinas de produzir riqueza", segundo a definição dos sociólogos Harvey Molotch e John Logan em "Urban Fortunes".

Ocorre que o próprio lugar do Brasil como país emergente também já está posto em dúvida e, como sabemos, o otimismo acrítico frente ao futuro de nossas cidades diante dos megaeventos que se aproximam foi definitivamente rompido pela "voz das ruas".

É sobretudo em momentos como este, de crise, que se apresenta a chance de mudar as coisas. É nessa fenda que a 10ª Bienal de Arquitetura pretende inserir as suas discussões, pondo o foco mais sobre a cidade do que sobre o edifício. Com o título "Cidade: Modos de Fazer, Modos de Usar", propusemos instalar a Bienal no espaço urbano, em uma rede de lugares conectados ao sistema de transporte público de São Paulo, com destaque para o metrô e o trem.

Em uma mostra de arquitetura, não estamos diante das próprias obras, como em uma exposição de pintura, e sim de representações delas. Além disso, com a internet, é possível conhecer rapidamente, e a fundo, projetos que aparecem aqui e no exterior. Que caráter dar, então, a uma Bienal de Arquitetura nesse contexto? E mais: a uma Bienal sediada em São Paulo?

Para nós, como curadores, pareceu evidente que o melhor seria proporcionar uma experiência da própria cidade. Uma cidade jovem, se comparada à tradição europeia,

que se tornou uma metrópole pujante, que cresce exposta a processos de violenta desigualdade.

Cruzar a cidade de metrô para ver a Bienal pode se tornar uma espécie de deriva. Visitar uma exposição sobre o High Line nova-iorquino em um apartamento em frente ao Minhocão será uma experiência "site specific" que só uma exposição assim pode promover.

Significativamente, destacam-se entre os espaços da 10ª Bienal dois dos edifícios mais bem-sucedidos da cidade, quanto à relação entre projeto e função: o Sesc Pompeia e o Centro Cultural São Paulo.

Projetados por Lina Bo Bardi, no primeiro caso, e por Eurico Prado Lopes e Luiz Teles, no segundo, ambos os prédios têm ruas internas e são abertos à cidade, permanecendo vivos a qualquer hora, já que frequentados por pessoas de diversas idades e classes sociais, que deles se apropriam para estudar, jogar cartas, xadrez, dançar, praticar exercícios, relaxar e até mesmo dormir e tomar banho.

Os dois edifícios, inaugurados em 1982, ainda têm em comum o fato de que guardam certo ar de indeterminação, como se estivessem permanentemente em obras, evocando um aspecto frequente nas cidades contemporâneas.

PARADIGMAS

O que move a contínua construção e reconstrução das metrópoles atuais? De que forma estamos envolvidos na consolidação da cidadania e de uma desejada esfera pública no espaço urbano? Que modelos seguir em um momento de quebra de paradigmas globais? Ainda que não sejam passíveis de respostas objetivas, perguntas como essas animaram nossa investigação, centrada menos nos projetos de futuro das grandes cidades-capitais do mundo e mais nos processos por trás desses projetos e obras.

Esse norte aparecerá, por exemplo, em uma exposição que procura mostrar o quanto a face reconhecível de São Paulo é desenhada pela legislação urbana -mais do que pela mão do arquiteto.

Outro caso interessante, nesse sentido, é a exposição que chamamos de "Brasil: o Espetáculo do Crescimento" em alusão à expressão usada em 2003 pelo então presidente Lula ao anunciar a previsão de crescimento do país nos anos seguintes. Por meio de uma viagem de pesquisa a Pernambuco e ao Pará, buscamos localizar as cidades que mais cresceram nos últimos dez anos, com a combinação entre agronegócio, mineração e grandes obras estatais de infraestrutura, tais como usinas, portos, ferrovias e os conjuntos do programa Minha Casa, Minha Vida.

Espetáculo do crescimento, ou crescimento do espetáculo? Vivemos uma espécie de segunda rodada do "Bye-bye Brasil" dos anos 1970. Nossa intenção foi localizar como se refletem, no ponto de vista urbano, as questões que lemos nos cadernos de política, economia ou agrícola dos jornais.

Assim, tanto quanto abordar a lógica de transformação das cidades médias, nos interessou pôr em foco a hibridização crescente entre cidade, subúrbio e campo.

O que o arquiteto Rem Koolhaas chamou de "cidade genérica" nos anos 1990 pode ser relido hoje em relação com o que o geógrafo português Álvaro Domingues qualifica como "paisagem transgênica": ambos falam de um antigo mundo do campo colonizado pela infraestrutura técnica da circulação e pela banalidade do consumo.

EXCITAÇÃO

Com efeito, vive-se hoje uma certa excitação com o novo protagonismo das cidades no mundo desenhado pela economia de serviços, espelhando um contexto em que cidades pelo mundo desmontam ou reciclam vias expressas elevadas para construir parques e abrigar atividades de lazer na escala do pedestre.

Hoje, apesar da macroeconomia mundial seguir dominada pelo petróleo e de os subsídios à produção e consumo de carros se manterem como motor da economia de países como o Brasil, mudanças culturais fazem com que, mesmo nos EUA, muitos jovens já não vejam o automóvel como signo primordial de inserção na vida urbana, substituindo-o, enquanto objeto de desejo, por gadgets eletrônicos.

Por que Detroit, a cidade-sede da indústria automobilística definha, tendo muitos dos seus bairros tomados pela agricultura de subsistência, e países como China e Angola constroem cidades inteiras que permanecem vazias?

Questionado sobre seu possível arrependimento por ter comprado imóveis no distrito-fantasma de Kangbashi, em Ordos, na Mongólia Interior, um investidor de Pequim respondeu: "Não fiz um mau negócio. Investi em uma cidade que não está sendo gasta". É uma observação que soa curiosa, mas, com a vertiginosa ancoragem do capital financeiro na especulação imobiliária, parece que chegamos ao paroxismo de cidades sem valor de uso, com puro valor de troca.

Mas nem tudo, hoje, se mostra esvaziado como Ordos ou Detroit.

A efervescência humana que tomou os espaços públicos de Nova York durante o Occupy Wall Street, em 2011, assim como ocorreria em Istambul e em muitas cidades brasileiras mais recentemente, nos devolve à vitalidade do uso como valor principal da vida urbana.

Fica evidente que o espaço público deixou de ser o lugar apaziguado do encontro para tornar-se palco do conflito, do atrito. É na esfera pública que as diferenças, inerentes à vida nas cidades, são negociadas. Ocupar, tensionar, protestar e resistir são hoje ações vitais nos centros urbanos, mostrando que as práticas sociais ligadas à apropriação do espaço público podem se contrapor de forma relevante à especulação imobiliária, ao consumismo e à predominância dos interesses privados.

"Fazer" e "usar" a cidade pareciam compor, até pouco tempo, um par dicotômico, que aludia, de um lado, às forças políticas e econômicas que constroem a cidade junto ao desenho do arquiteto e, de outro, ao uso dos espaços urbanos pela população.

Está claro, porém, que esses polos não mais se separam, pois usar é fazer e vice-versa, e sabemos que não daremos conta da complexidade crescente das cidades sem arquitetarmos seus fazeres e usos de maneira dialógica.

Muitas dessas questões retornam a partir do arco de problemas levantados de forma experimental nos anos 1960 e 1970.

Entre elas estão o papel ativo conferido ao uso das cidades e à emergência de práticas colaborativas que ensejam redes horizontais de ação no mundo contemporâneo. De alguma forma, as experiências coletivas trazidas à tona pelos grupos que fizeram a grande crítica ao urbanismo moderno, como o Team X e os situacionistas, se atualiza hoje na ação de coletivos jovens como o Supersudaca (América Latina), o Al Borde (Equador) ou o Crit Studio (Índia), que vêm para a Bienal.

O "direito à cidade", "motto" do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre (1901-91) está, de novo, na ordem do dia, pois o cidadão que usa o espaço urbano reivindica o direito de participar ativamente de sua construção. Esse direito inclui não apenas a satisfação de necessidades básicas, como transporte, habitação, saúde e educação mas também a realização de desejos -sobretudo o desejo, múltiplo e difuso, de cidades melhores para a ação cotidiana.

Projeto estimula cadeias produtivas em regiões carentes. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 07/10/2013

O projeto "Rotas da Integração", do Ministério da Integração Nacional, atingiu 56% do desembolso previsto de R\$ 169 milhões para 2013 em repasses diretos para investimento em estruturação produtiva e interligação econômica das regiões menos desenvolvidas do país. Até o fim de 2013, mais de 60 mil famílias devem ser beneficiadas pelo programa.

O projeto é composto pelas Rotas do Cordeiro, do Mel, do Peixe, das Frutas, da Mandioca e da Economia Criativa. A proposta principal é buscar a inclusão socioeconômica em regiões menos desenvolvidas do país. Segundo cálculos do Ministério da Integração, a renda do produtor beneficiado pelo programa pode subir até 30%.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Regional do ministério, Sérgio Castro, os empreendimentos associados às rotas recebem investimentos em todos os segmentos da cadeia produtiva, levando em conta as realidades e o potencial de cada região.

"O projeto Rotas da Integração Nacional é um instrumento de ação integrada que aposta no potencial das atividades locais para o desenvolvimento regional. Além disso,

buscamos a inserção produtiva da população e a elevação da competitividade econômica das diversas regiões", disse.

O programa, segundo Castro, não pretende inserir uma cultura nova nas regiões do país. O objetivo é identificar uma cadeia já existente, mas que não tenha a devida estruturação. "Por exemplo, Tauá no Ceará, Dom Inocêncio no Piauí, Dormentes em Pernambuco já são regiões com tradição na produção de ovinos e caprinos, todavia precisam de apoio para alcançar patamares maiores de desenvolvimento", observou.

Um exemplo foi a instalação, na semana passada, de cinco casas de mel nas comunidades rurais de Afogados da Ingazeira, Araripina, Inajá, Moreilândia e Santa Filomena. O projeto é parte do programa Rotas da Integração Nacional e recebeu investimento de mais de R\$ 5 milhões para atender a cerca de 210 famílias do sertão pernambucano. Os beneficiados serão apicultores das regiões dos municípios de Araripe, Pajeú e Moxotó.

Administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), do Ministério da Integração Nacional, os recursos foram repassados para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) que, por sua vez, é a responsável pela capacitação e estruturação do projeto junto aos apicultores.

Segundo informações do MI, após a entrega das casas do mel, os beneficiários receberão capacitação empresarial, cursos de técnicas de apicultura, além de 500 kits com material apícola.

"No caso do mel, estamos distribuindo por meio da Codevasf, kit completos para produção e treinamento na apicultura. Isso representa renda na veia, com produção quase imediata", disse Castro.

Plano ABC Nacional visa reduzir emissão de gás carbono na agricultura familiar – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/10/2013

Recuperação de pastagens degradadas, crescimento da área de plantio direto, ampliação da fixação biológica de nitrogênio e, mais especificamente em relação à agricultura familiar, tratamento de dejetos de animais e aumento da integração lavoura-pecuária-floresta. Estas são as principais ações previstas no Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, conhecido como Plano ABC Nacional.

O Plano, que será executado em parceria pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), integra a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC). A PMNC prevê a criação de uma série de planos setoriais com vistas à redução de 36,1% a 38,9% nas emissões de dióxido de carbono (CO₂), no País, até 2020. O compromisso foi assumido pelo Brasil, em dezembro de 2009, durante a 15ª Conferência das Partes (COP-15), realizada pela Convenção-Quadro

das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague, na Dinamarca.

"O Plano ABC Nacional é o plano setorial da agricultura, ou seja, a contribuição do setor, no âmbito da PNMC, para a redução das emissões de CO₂. E contempla uma série de ações e de boas práticas que são voltadas a reduzir a emissão de carbono nas atividades agropecuárias. São atividades que dizem respeito tanto à agricultura não familiar como familiar", explica o assessor do Gabinete do MDA, Marco Pavarino.

Tratamento de dejetos animais

O tratamento de dejetos animais é uma das ações previstas no Plano ABC Nacional que mais diz respeito à agricultura familiar, na medida em que algumas áreas do País, em especial a Região Sul, são grandes produtoras de aves e suínos. As atividades são geradoras de grande quantidade do gás metano, um dos que mais contribui para o aumento do efeito estufa, ou seja, o aquecimento global.

"É importante lembrar que o metano tem um potencial 23 vezes maior que o CO₂ de causar o aquecimento global. Então, a agricultura familiar na Região Sul tem um papel muito importante na redução dessas emissões", enfatiza Pavarino, também assessor do Gabinete do MDA para temas ambientais.

Biogás como fonte de renda

O objetivo do Plano ABC Nacional é garantir o aperfeiçoamento dos sistemas e práticas de uso e manejo sustentável dos recursos naturais, que promovam a redução das emissões de gases de efeito estufa e também aumentem a fixação de CO₂ na vegetação e no solo usado pela agricultura brasileira.

Uma de suas metas mais importantes para a agricultura familiar é a ampliação do uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de metros cúbicos de dejetos animais para geração de energia (biogás) e produção de composto orgânico, além de implementar ações de adaptação às mudanças climáticas.

"Uma das propostas do Plano é que o tema ambiental seja equacionado, gerando renda para o agricultor, especialmente o agricultor familiar. E o biogás pode ser uma fonte importante de renda para o produtor. Seja para ele usar internamente na propriedade, seja para gerar energia e, posteriormente, até vendê-la", diz Marco Pavarino.

Metas do Plano

A Portaria Interministerial 984, criando o Plano ABC Nacional, foi assinada pelos ministros Pepe Vargas (MDA) e Antônio Andrade (Mapa) e publicada na edição desta quarta-feira (9), do Diário Oficial da União. Dentre suas metas destacam-se a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e o aumento da adoção de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais em quatro milhões de hectares.

A portaria também prevê a ampliação do uso do sistema de plantio direto em oito milhões de hectares, a ampliação da fixação de nitrogênio em 5,5 milhões de hectares e a promoção de ações de reflorestamento de três milhões de hectares no País de áreas destinadas à produção de fibras, madeira e celulose.

"As atividades desse plano não serão coordenadas, exclusivamente, pelo Governo Federal; têm de ter, necessariamente, uma participação dos governos estaduais e também dos municípios. O MDA se insere nesse sistema de governança através de suas áreas específicas, como, por exemplo, o Departamento de Agregação de Valor e Renda (Degrav), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)", ressalta, ainda, Pavarino. Ainda de acordo com ele, agora os dois ministérios deverão criar, em até 90 dias, uma comissão executiva nacional para coordenação conjunta das ações de implementação do Plano ABC Nacional.

De todos os picaretas. Fernando Gabeira – O Estado de São Paulo, Opinião. 11/10/2013

O intenso fim de semana na política foi um dos temas do Twitter. Dois candidatos da oposição uniram forças e foram muito comentados, perdendo apenas para temas como um quadro do Programa Raul Gil (SBT). As eleições presidenciais estão chegando e cada um, de acordo com suas limitações de tempo e restrições profissionais, tem a missão de fazer alguma coisa.

Individualmente, tentei fazer o PV e Marina Silva se entenderem e o partido ser o plano B caso a Rede não conseguisse registro no TSE, o que considerava altamente provável. Achava que o campo grosseiramente definido como socioambiental precisava apresentar-se como alternativa. Ele ainda é muito fraco. Dependia de uma união interna para disputar a simpatia do conjunto da oposição. Nos meus cálculos, o campo precisaria também rever alguns de seus dogmas para sair do gueto ecológico. Um é o de se fixar só na defesa de um Código Florestal abstrato, lutando contra ruralistas, que defendem outra abstração.

Minha proposta, em primeiro lugar, é introduzir o elemento científico para definir quanto de uma área deve ser preservado e quantos metros da margem de um rio serão resguardados para protegê-lo. No caso específico dos rios, considerava que a discussão em Brasília era muito limitada e deveria contar com os comitês de bacia, que conhecem o tema e trabalham diariamente com ele. Isso no caso de comitês de bacia que trabalham e venceram a etapa do faz de conta.

O mais importante para fortalecer o campo socioambiental seria reconhecer a importância da alimentação num planeta que brevemente chegará aos 9 bilhões de habitantes. Posso discorrer muito tempo sobre a importância política desse tema, mas a Primavera Árabe e revoltas em países africanos revelam como ele pode desestabilizar governos incapazes, momentaneamente, de financiar alimentos a preços acessíveis. Dentro dessa visão planetária, não tem sentido hostilizar o agronegócio, mas sim

dialogar com ele e levá-lo, quando possível, a uma convergência com as propostas de sustentabilidade.

No meu caso particular, aprendi muito sobre a realidade agrícola discutindo com ex-ministro Alysson Paulinelli, ou sobre a produção de carne ouvindo o também ex-ministro Pratini de Moraes. Não tenho medo de ser chamado de velho conciliador, desde que acrescentem o adjetivo curioso. Colocar o tema dos alimentos numa projeção ecológica não só aumenta a credibilidade da proposta, como indica pé no chão, contato com a dura realidade cotidiana.

Meus esforços para reaproximar Marina e o PV foram em vão e as razões do fracasso não cabem numa análise política. Talvez num outro suporte, um romance psicológico, conseguisse explicar o que aconteceu. Os dois lados estavam irredutíveis.

Por baixo desse esforço havia outra divergência: a necessidade de um plano B. A realidade tem desmentido minha análise de que o plano B é tão importante quanto uma capa de chuva em Bruxelas. A insistência em não tê-lo significa confiar em certos resultados que podem falhar. Não me parece oportunista um candidato a presidente que tenha planos B. Em caso de vitória, terá de se acostumar com eles.

Com os rumos da oposição já traçados, mais a escolha de reduzir candidaturas, e não ampliar o leque, como pedia minha análise, só me resta agora tentar contribuir de outra maneira, dentro de minhas limitações. Uma forma de contribuir com uma alternativa para o Brasil foi ler 1.200 páginas dos debates da chamada esquerda democrática e produzir uma síntese para a Fundação Astrojildo Pereira, do PPS.

Quando os atores são tão imprevisíveis, é importante concentrar-se no roteiro. Apesar do apelo eleitoral, não basta condenar o PT e conseguir com isso um vínculo de simpatia em escala nacional. É preciso dizer como seria o Brasil pós-PT. De que forma impulsionar o crescimento econômico, como estabelecer políticas institucionais mais respeitadas, como se situar no mundo sem arroubos bolivarianos - há muitas coisas que precisam ser definidas com clareza.

O senso comum nos garante que acompanhando e participando da política podemos transformá-la. Mas o universo político brasileiro move-se com tanta independência e autonomia que parece uma galáxia distante. O balcão de negócios está instalado com toda a franqueza. Deputados vendem emendas, votos e, agora, o próprio mandato aos partidos em competição por bancadas numerosas.

O governo do PT contempla isso tudo com a maior tranquilidade porque acha que, no fundo, a desagregação vai ajudá-lo a permanecer no poder, sua obsessão. Não importa se seu reino se transformou num pântano, o importante é sentar na cadeira presidencial, distribuir cargos, verbas, enfim, o combustível que move essa sórdida engrenagem. Os marqueteiros ensinam o caminho do coração popular. Basta reservar para a propaganda uma boa parte dos recursos.

Espionado freneticamente pelos americanos, salvo pelos médicos cubanos e marchando triunfalmente para o topo da economia mundial, apesar do pessimismo dos próprios economistas, o PT vai construindo sua fantástica narrativa. Tudo pode acontecer num país imprevisível, onde os presidentes nem se preocupam mais em fazer sentido. As respostas desconexas de Dilma são apenas a continuidade hesitante da sólida ignorância de Lula, que sonhava com uma Terra quadrada para atenuar a poluição e com um mundo mais justo onde as mães não nascessem analfabetas. Tudo isso com penteado produzido por um cabeleireiro japonês, que deve prestar também seus serviços à Coreia do Norte, a julgar pelo estilo de Kim Jong-un.

Parece ironia, mas se a oposição deixar também de fazer sentido, seja por uma tardia descoberta dos encantos da literatura ou pela recusa a analisar friamente os problemas nacionais, aí, então, estaremos perdidos. Só nos restará escolher entre o bom humor dos comediantes e o mau humor dos manifestantes, mas até neste caso um tipo de síntese conciliatória é desejável. Um bom exercício seria completar a frase: Brasil, um país de todos...

**Fernando Gabeira é jornalista.*

Carvoarias ameaçam Serra Vermelha no Piauí – O Estado de São Paulo, Política. 13/10/2013

No Piauí, uma das regiões que geram embates entre o governo e ambientalistas é a chamada Serra Vermelha, área de 120 mil hectares localizada no sul do Estado. Então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em 2006, havia solicitado a criação do Parque Nacional Serra Vermelha para proteger a região e acabar com a atividade carvoeira. A unidade de conservação, contudo, nunca saiu do papel.

Movimentos ambientalistas acionaram o Ministério Público Federal, que em 2011 ajuizou uma ação pedindo à Justiça que obrigue o Instituto Chico Mendes e o governo federal a abrir procedimento administrativo específico para a criação do parque. O processo segue em tramitação.

"Para esse partido (PSB) dizer que vai se aproximar das questões ambientais, o primeiro lugar em que tem que fazer isso é no Piauí", afirma o diretor de políticas públicas da ONG SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani. Ele critica o fato de a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado não reconhecer a existência na região de mata atlântica, que é protegida por lei. "A situação está fora de controle, continuam detonando autorizações para carvoarias."

"Todo o entorno ainda tem carvão, é uma terra de ninguém", disse Tânia Martins, da Rede Ambiental do Piauí, que reúne entidades ambientalistas da região.

Condições. O secretário de Meio Ambiente, Dalton Melo Macambira, afirma que as licenças são um "instrumento precário". "Quando damos é sobre determinadas condições. Se não cumprirem, suspendemos."

De acordo com o secretário, em 2010 o governo federal ampliou a área de um parque nacional abrangendo também a Serra Vermelha. Segundo ele, mesmo com a pressão do agronegócio, o Piauí ainda preserva 80% de sua área.

Cinco municípios da Amazônia saem da 'lista negra' de desmatamento. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 14/10/2013

SÃO PAULO - Cinco municípios foram retirados hoje da lista dos maiores desmatadores da floresta amazônica divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente. São eles: Brasnorte, Feliz Natal e Marcelândia, no Mato Grosso, e Brasil Novo e Tailândia, no Pará.

A retirada da chamada "lista negra" do governo federal ocorreu porque esses municípios do Mato Grosso e do Pará conseguiram alcançar exigências mínimas - possuir 80% de seu território monitorado por meio de Cadastro Ambiental Rural(CAR), reduzir para 40 km² ou menos o desmatamento ocorrido em 2012 tenha e manter as médias do desmatamento dos períodos de 2010-11 e 2011-12 inferior a 60% em relação à média do período de 2007-08, 2008-09 e 2009-2010.

Segundo nota publicada no Diário Oficial de hoje, eles passarão "a ser priorizados na alocação de incentivos econômicos e fiscais, planos, programas e projetos da União visando ao desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis". Em outras palavras, terão acesso novamente ao crédito oficial.

Além destas cinco localidades, outras seis também já saíram da lista dos que mais desmatam: Querência e Floresta (Mato Grosso), Paragominas, Santana do Araguaia, Ulianópolis e Dom Eliseu (Pará).

Dilma lança plano de agricultura orgânica – O Globo, País. 16/10/2013

Valor Online

A presidente Dilma Rousseff lança, nesta quinta-feira 17, um plano de agricultura orgânica justamente quando Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula, surge como a pré-candidata que mais desafia sua reeleição, segundo pesquisas de intenção de voto. A proposta do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica existe desde junho deste ano, mas faltava a aprovação da presidente Dilma.

O lançamento será realizado no encerramento da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que ocorre desde a segunda, 14, em Brasília.

Na cerimônia de abertura do encontro, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que ocorreram ganhos sociais nos últimos anos, principalmente dos trabalhadores do campo. "Contem com esse governo, contem com a Dilma, contem com os ministros", disse Carvalho.

O encontro reúne agricultores familiares, assentados da reforma agrária, camponeses, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

Planapo

Segundo informou o a Secretaria-Geral, o Planapo, como é conhecido, faz parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica instituída por decreto presidencial em agosto de 2012.

O Planapo tem quatro eixos: produção, uso e conservação dos recursos naturais, conhecimento, consumo e comercialização. O manejo sustentável de recursos naturais e a preservação do meio ambiente são as principais bandeiras de Marina Silva, recém-filiada ao PSB, de Eduardo Campos, potencial adversário de Dilma na sucessão presidencial de 2014.

O plano atuará para incentivar a produção e a distribuição de insumos orgânicos e de base agroecológica, além de fomentar a conservação, o manejo e o uso sustentável dos recursos naturais e facilitar o acesso do consumidor a informações relacionadas a esses produtos.

Ministério investe na produção agroecológica – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/10/2013

Ações incluem construção de cisternas, aquisição de produtos orgânicos e distribuição de sementes a agricultores

Brasília, 17 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai direcionar parte dos recursos anuais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a compra de alimentos orgânicos e agroecológicos fornecidos pela agricultura familiar, e também para a compra de sementes voltadas à produção destes alimentos. As medidas fazem parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançado nesta quinta-feira (17) pela presidenta Dilma Rousseff, em Brasília.

“É possível um país crescer, distribuir renda, incluir (socialmente), proteger o meio ambiente e ainda produzir com qualidade alimentos da agroecologia”, afirmou a presidenta. O plano elenca uma série de medidas de fortalecimento da agricultura familiar sustentável no Brasil. Os recursos a serem aplicados na compra de alimentos orgânicos e agroecológicos representam 5% do orçamento anual do PAA. Outros 5% serão destinados à compra e distribuição de sementes crioulas e de outras variedades, para a produção de alimentos mais saudáveis. No total, são R\$ 276 milhões a serem

investidos nestas ações pelo MDS e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário até 2015.

“O PAA vem sendo ampliado sistematicamente ano a ano. É uma das nossas maiores tecnologias de inclusão social no meio rural. Somos capazes de garantir a demanda da produção rural e sustentar a produção de todas as populações que têm necessidade de acesso ao mercado”, destacou a presidenta.

Além das ações do PAA, o MDS vai implantar mais 60 mil tecnologias sociais de captação e armazenamento de água em unidades de produção orgânica e agroecológica, até 2015, por meio do Programa Cisternas. “Toda cisterna de segunda água [como são conhecidas as cisternas voltadas à produção agrícola] vem com um projeto de quintal produtivo, com assistência técnica voltada para a agroecologia, sementes e um pequeno sistema de irrigação”, explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

Serão investidos R\$ 600 milhões para a implantação destas tecnologias sociais, que serão construídas pelas entidades integrantes da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). O recurso provém da parceria entre o MDS, Petrobrás e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Desenvolvimento sustentável - O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica visa orientar o desenvolvimento rural sustentável no país, por isso foi construído de forma participativa, por meio de debates com diferentes órgãos de governo e com movimentos sociais do campo e da floresta. O MDS é um dos 10 ministérios parceiros na execução desse plano. No total, serão investidos R\$ 8,8 bilhões em ações governamentais e R\$ 7 bilhões em crédito rural por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Plano Agrícola e Pecuário.

Aprovadas propostas prioritárias para o desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/10/2013

Os 1,2 mil delegados e delegadas da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS) aprovaram, nesta quinta-feira (17), as cem propostas que priorizam o desenvolvimento do Brasil Rural para os próximos anos. O documento final será usado para a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do País. Tiveram direito a voz e voto representantes da sociedade civil - agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais – e do poder público.

“A realização da Conferência Nacional foi prescindida por debates nos territórios de todo o País. Esse processo trouxe uma diversidade muito grande, com toda a efervescência da agricultura familiar brasileira, para fazer uma análise e debater os caminhos dos próximos dez anos”, avaliou o ministro do Desenvolvimento Agrário

(MDA), Pepe Vargas, que participou do encerramento da última plenária da Conferência.

A construção das propostas foi iniciada em maio deste ano, com a realização das conferências territoriais, intermunicipais, municipais, setoriais, temáticas, estaduais e distrital. A mobilização teve como resultado a apresentação inicial de 11,3 mil sugestões.

Desse montante, os encontros estaduais encaminharam 1.080 propostas para a Comissão Organizadora Nacional da conferência. A subcomissão de sistematização foi responsável por consolidar as proposições e enviar para a apreciação da conferência nacional 388 sugestões.

“O conjunto das propostas aprovadas hoje aponta para o futuro no campo, com transição democrática, agroecológica, ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), dos territórios, com avanços para mulheres, jovens e povos e comunidades rurais. São propostas específicas, para que, integradas nesse conjunto geral, a gente tenha, daqui a dez anos, um resultado muito melhor para a agricultura familiar”, disse o secretário-executivo do Condraf, Roberto Nascimento.

Mais de 42 mil pessoas ligadas à agricultura familiar de todo o País participaram desse processo, entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária, camponeses, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, mulheres, jovens e integrantes do poder público e da sociedade civil de todas as unidades da Federação.

Todas as conferências foram norteadas pelos seguintes eixos: o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil rural e fortalecimento da agricultura familiar; a reforma agrária e democratização do acesso à terra e aos recursos naturais; a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida; a gestão e participação social; a autonomia das mulheres rurais; a autonomia e emancipação da juventude rural; e a promoção do etnodesenvolvimento.

Plano 'Brasil Agroecológico' contará com R\$ 9 bilhões. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2013

Com investimentos previstos em R\$ 9 bilhões em três anos, a presidente Dilma lança hoje, em Brasília, o "Brasil Agroecológico". Será o primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) do país. As ações se baseiam no decreto 7794/12, que cria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e foi sancionado pela presidente em agosto de 2012.

O "Brasil Agroecológico" tem como principal objetivo articular políticas e ações de incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos e com base agroecológica. Dos recursos totais previstos, R\$ 7 bilhões serão disponibilizados via crédito rural por meio do

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Plano Agrícola e Pecuário.

Os outros R\$ 2 bilhões serão usados em ações específicas, como qualificação e promoção de assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento e inovações tecnológicas e ampliação do acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As atividades serão vinculadas às ações orçamentárias já aprovadas no Plano Plurianual (PPA), de 2012 a 2015. O valor se soma aos R\$ 157 bilhões anunciados pelo governo para o Plano Safra 2013/14 - R\$ 136 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 21 bilhões para a familiar.

A presidente Dilma aproveita, assim, para entrar na seara do manejo sustentável de recursos naturais e da preservação do ambiente, tradicionais bandeiras de Marina Silva, recém-filiada ao PSB, de Eduardo Campos, potencial adversário do governo na sucessão presidencial de 2014. A ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula surge como a pré-candidata que mais desafia a reeleição de Dilma, segundo as pesquisas de intenção de voto.

Dez ministérios estão envolvidos no Planapo, que tem como foco o apoio a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações.

O plano está estruturado em quatro eixos estratégicos: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento e comercialização e consumo. A partir daí, as ações formam um conjunto de 125 iniciativas. Entre elas, crédito rural e demais mecanismos de financiamento; seguro agrícola e de renda; preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções; compras governamentais; assistência técnica e extensão rural.

A proposta é uma construção coletiva, elaborada por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), que será coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Terminais no Tapajós sob risco. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2013

O Ministério Público Estadual do Pará poderá mover ação contra as empresas que pretendem construir terminais às margens do rio Tapajós - entre elas Bunge e Cargill - caso não cheguem a um acordo sobre como compensar os impactos sociais e ambientais de suas operações no município de Itaituba. Se confirmada, a ação poderá atrasar o cronograma de investimentos de R\$ 1,3 bilhão para construção de nove estações de

transbordo fluvial que servirão como alternativa para exportação de até 20 milhões de toneladas de grãos por ano do Centro-Oeste. As empresas têm até hoje para entregar um posicionamento sobre os pleitos apresentados pelo município.

Construção coletiva para um Brasil rural sustentável – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013

A vontade de melhorar o rural brasileiro tirou Sidmar Luís Lavandoski, 33 anos, de casa. Dono de uma propriedade de 20 hectares em Sananduva (RS), o agricultor familiar participou da construção do segundo eixo, que trata da Reforma Agrária e da Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais, na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS).

O que mais chamou a atenção do gaúcho, que cultiva cana de açúcar, soja, milho e feijão em sua chácara, foi o envolvimento dos participantes na conferência. "É com o envolvimento de todos que conseguiremos construir um Brasil rural sustentável. E é isso que me motiva e que me faz querer estar aqui", contou o agricultor.

Sidmar apostou também no cultivo de frutas, no último ano. Ele, o pai e os dois irmãos, companheiros de trabalho na propriedade, comercializam seus produtos em feiras, cooperativas e mercados da região. Além disso, parte vai para a merenda das escolas do município, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Para o gaúcho, a construção do documento final da conferência, composto por propostas que vão subsidiar o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), é mais um passo para consolidar os avanços necessários na agricultura familiar. "Esse plano é muito bem construído, bem elaborado. Precisamos trabalhar para implementar o que foi construído aqui. Esse processo precisa ser contínuo", afirmou Sidmar.

Assistência Técnica

A sergipana Tatiana de Souza participou dos debates referentes ao primeiro eixo, responsável pelas propostas sobre Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental do Brasil Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Para a assistente social, o segredo para potencializar a produção da agricultura familiar é apostar na assistência técnica. "A assessoria, em qualquer política pública é essencial. É primordial para o desenvolvimento rural. Ela ajuda bastante o agricultor a conhecer as políticas públicas e melhorar a renda e a produção de maneira rápida", avaliou.

Tatiana, que trouxe a filha de um ano para a conferência, realizada em Brasília, defendeu, durante as discussões, a continuidade da assistência técnica. "O Governo tem uma assessoria muito boa, no Projeto Dom Helder. É uma assistência continuada, ascendente. Os agricultores que tem esse atendimento têm melhor produção agrícola

com alimentos melhores", garantiu a sergipana, que destacou essa proposta no documento final.

Plano

Sidmar, Tatiana e mais 1198 delegados aprovaram, nesta quinta-feira (17), o documento final da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS). Composto por 100 propostas, o arquivo subsidiará a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), que norteará o rural brasileiro pelos próximos anos.

Assentamentos Verdes - Incra apresenta anteprojeto do Plano de Trabalho do programa a procuradores – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/10/2013

O presidente do Incra, Carlos Guedes, apresentou, nesta sexta-feira (18), em Belém (PA), a procuradores da República que atuam na área ambiental em toda a Amazônia, o anteprojeto do Plano de Trabalho do Programa Assentamentos Verdes.

O documento indica as ações de regularização fundiária e ambiental a serem desenvolvidas pelas superintendências da autarquia na Amazônia Legal e que subsidiarão o atendimento de compromissos firmados, em agosto, entre o Incra e o Ministério Público Federal (MPF).

A apresentação ocorreu durante encontro realizado pelo MPF nesta quinta e sexta-feira (17 e 18) para traçar as diretrizes de atuação na Amazônia nos próximos meses. Durante a reunião, Guedes propôs a realização de reuniões de trabalho com as superintendências regionais em conjunto ao procurador da República do respectivo estado. O presidente do Incra sugeriu a realização de reuniões pólos no Pará, Amazônia Rondônia e Tocantins.

Estratégias

Durante sua participação, Guedes apresentou dados do Prodes (metodologia para o cálculo da Taxa Anual de Desmatamento na Amazônia Legal, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe), que apontam que de 2005 para cá houve uma redução de 73% no total de áreas desmatadas dentro dos assentamentos da reforma agrária.

A estratégia ambiental do Incra na Amazônia Legal se divide em quatro eixos temáticos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar; regularização ambiental e fundiária; e monitoramento ambiental.

Dentro desses eixos, até 2015, o Incra pretende alcançar com ações de conscientização ambiental 734 assentamentos, totalizando 16.596.527 hectares, atingindo 154.616

famílias.

Guedes ressaltou ainda que R\$176,9 milhões já foram descentralizados para as unidades do Incra na Região Amazônica para ações de assistência técnica, infraestrutura, topografia e crédito para assentados.

Dilma corteja trabalhador rural e faz promessas ambientais. Bruno Peres e Tarso Veloso –Valor Econômico, Agronegócios. 18/10/2013

A presidente Dilma Rousseff fez ontem um discurso a trabalhadores rurais durante o qual recebeu aplausos e manifestações de apoio, ouviu cobranças e fez anúncios voltados para o desenvolvimento sustentável, um tema sensível a um segmento do eleitorado associado à ex-ministra do Meio Ambiente no governo Lula, Marina Silva, potencial adversária de Dilma na sucessão presidencial em 2014.

Em tom descontraído atípico para os padrões de discursos técnicos que caracterizam seu perfil, a presidente foi interrompida em diversas ocasiões pelo público presente, respondendo com bom-humor e fazendo promessas, ao invés de ignorar as manifestações. Essa mudança nos discursos da presidente, intensificados nos últimos tempos, se aliam a novas estratégias de comunicação buscando maior aproximação popular.

Ao ver um grupo de manifestantes levantando mensagens com pedidos de ações voltadas para a juventude rural, Dilma afirmou que tem dificuldade para enxergar à longa distância, mas solicitou que alguém repassasse o recado a ela. "Principalmente quando é pequenininho, viu, gente? Se for pequenininho, aí é que eu não enxergo mesmo", disse a presidente.

Ao supor ter ouvido um trabalhador pedir "crédito rural", a presidente questionou o pleito, mas logo foi informada do real anseio manifestado da plateia. "Ah, creche rural? Também concordo com creche rural. Mas aqui, vocês peçam isso no próximo programa, está bom?", disse Dilma, antes de estender-se de improviso na apresentação de números do governo na construção de unidades de educação infantil e lembrar sua origem no Movimento de Mulheres, uma das entidades presentes ao evento.

Participaram da conferência encerrada ontem por Dilma agricultores familiares, assentados da reforma agrária, camponeses, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

No total, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) vai totalizar R\$ 8,8 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 7 bilhões serão disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pelo Plano Agrícola e Pecuário, segundo anunciou durante o evento o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, elogiado por Dilma em seu discurso em razão

do anúncio de cem decretos de desapropriação de terra para a reforma agrária que serão feitos até dezembro.

Segundo destacou a presidente, a avaliação produtiva prevista nos contratos de desapropriação é uma "inovação" de Pepe Vargas e garante a sustentabilidade das famílias assentadas, o que não ocorria em processos feitos em gestões anteriores. Os anúncios feitos pelo ministro, precedendo o discurso presidencial, foram destacados por Dilma, que lembrou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O Lula sempre dizia: é difícil falar por último, porque eles falam tudo antes da gente falar, e chega na hora da gente falar, não sobra nada", disse Dilma.

A presidente também saiu em defesa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), recentemente alvo de denúncias de irregularidades e, segundo revelou a presidente, de questionamentos sobre sua continuidade. "Outra dia me perguntaram, e também não entendi por quê - mas, nessa época do ano tem, agora, algumas perguntas estranhas, se o PAA ia continuar. Eu quero dizer para vocês que nós não pretendemos só continuar o PAA, como ampliá-lo", afirmou a presidente.

“Não existe desenvolvimento sustentável com o Estado diminuído”. Fernanda Silva – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). 21/10/2013

Marcos Rochinski, coordenador Geral da FERTRAF-BRASIL, proferiu discurso na 2ª CNDRSS sobre as perspectivas do desenvolvimento rural embasado em quatro pilares.

Durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Marcos Rochinski, Coordenador Geral da FETRAF-BRASIL, que participou do painel Planejando o Brasil Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), proferiu discurso sobre as perspectivas do desenvolvimento rural embasado em quatro pilares.

Ao participar de discussões que visam melhores perspectivas e ações para o meio rural, aspectos como: atuar nos espaços de decisão; não aceitar a diminuição da estratégia do Estado para com a agricultura familiar; ser a categoria protagonista na história e; lutar pela descentralização dos investimentos, compuseram os eixos apresentados pelo Coordenador Geral da entidade.

Leia abaixo a transcrição do discurso.

Eu me perguntava que linha eu iria trabalhar, mas resolvi seguir um roteiro que temos refletido dentro nossa organização que não é dentro de questões imediatas, ou de avaliações do momento que o País vive, mas de planejar o desenvolvimento rural sustentável na perspectiva de médio e longo prazo.

Tenho quatro considerações importantes a fazer. A primeira é que hoje discutir desenvolvimento no Brasil ou em qualquer lugar do mundo não significa apenas discutir

políticas públicas voltadas para a produção ou algo voltado apenas e especificamente para nós agricultores familiares.

Se queremos incidir no desenvolvimento do país e do mundo, nós precisamos necessariamente estar inseridos no conjunto das políticas e onde inclusive se determinam os rumos estratégicos e de desenvolvimento que são implantados. Senão, corremos o risco de discutir o que está em torno do nosso umbigo e enquanto isso, os rumos e investimentos estratégicos são definidos, seja no Congresso Nacional ou pelos governos, e nós ficamos à mercê se contentando apenas com as migalhas que caem das políticas públicas que muitas vezes são determinadas como muito mais compensatórias do que como estratégicas de o desenvolvimento, por esse público como políticas.

A segunda consideração é que não existe desenvolvimento sustentável e solidário, estratégico para nós agricultores familiares com o Estado diminuído. Então, qualquer atitude de privatização, de diminuição da estratégia do Estado quanto a presença da agricultura familiar nós temos que ser veementemente contra e temos que estar atentos para as disputas de projeto políticos que vem ano que vem. Por mais que temos críticas não podemos incitar e colocar em dúvida a continuidade do projeto político e democrático desse País.

Terceiro, nós precisamos garantir que o Estado brasileiro, como provedor e atuando na agricultura familiar precisa compreender que protagonismo no desenvolvimento tem que ser do povo e não das elites desse País.

Precisamos debater o conjunto das políticas do nosso país e inverter a lógica de desenvolvimento. Sabemos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) dos investimentos em portos e aeroportos, mas a lógica ainda é centralizada a partir dos grandes centros, e se não houver a descentralização dos investimentos para as regiões mais empobrecidas não vamos gerar desenvolvimento.

À partir desses quatro pressupostos de compreensão estratégica podemos pensar o nosso chão.

Pensar no desenvolvimento em municípios com menos de 50 mil habitantes é pensar em investimento estratégico em várias linhas.

Não dá pra querer ter políticas publicas desenhadas de Norte a Sul, de Lesta a Oeste. As especificidades devem ser respeitadas, assim como as diferenças, isso é principal para o gestor do País.

Não é só de políticas públicas que vive o agricultor familiar. Não é apenas a falta de renda que tiras os jovens do campo.

É preciso investimento, tecnologia, para que o campo se torne um lugar atrativo para se viver.

Quando se pensa em sair do campo, muitas vezes o fator educação é o grande motivador. Embora tenhamos avançado na educação, onde estão as universidades? Quais delas foi criada numa região iminentemente rural? Qual dos cursos foi criado para atender nosso povo, queremos ter médico agricultor, não apenas agrônomos. O que sobra para a escola rural é aquilo que não serve mais para o centro urbano.

O desenvolvimento tem que ser visto de acordo com a perspectiva da inclusão do povo da água, da floresta, dos pescadores artesanais, do semiárido. Não se pode pensar na transposição do rio São Francisco apenas para favorecer o agronegócio.

A saúde, que geralmente é pensada para o centro urbano. De maneira geral não temos nem posto de saúde na zona rural.

Pensar nas mulheres, ninguém defende o trabalho infantil, mas às vezes, a única possibilidade da mãe ficar com seu filho é leva-lo para a roça, porque pra ela não tem creche.

O que moveu as massas para as ruas recentemente, foi a questão da mobilidade. Nós também deveríamos ter ido pra rua, nós não precisamos de metrô, mas precisamos de estrada.

Pensar desenvolvimento rural sustentável e solidário é pensar em soberania alimentar.

Não dá pra pensar que o Brasil com o potencial agrícola que tem, tenha que exportar feijão, da China, do Uruguai, ou seja de qualquer outro lugar.

Precisamos de uma política de armazenagem no nosso país, e isso dialoga com o Estado forte. Não são grandes empresas como seus silos enormes que vão armazenar produto. É o Estado brasileiro como provedor de políticas públicas que tem que se preocupar com políticas dessa natureza, de armazenagem, comercialização, priorizando o desenvolvimento da agricultura familiar.

E por último temos que lutar por um modelo de desenvolvimento. Tem que se fazer a opção pelo modelo de produção. Deveríamos nos envergonhar de ser recordista no uso de agrotóxico e o modelo que tem capacidade de gerar saúde e diminuir os gastos públicos com a saúde é a agricultura familiar.

Chapada do Apodi: a defesa do território, da agroecologia e da vida. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 24/10/2013

A região está ameaçada pelo Projeto de Irrigação da Barragem Santa Cruz, que já tem 13 mil hectares desapropriados, onde vivem 800 famílias.

Mossoró (RN) - A Caravana Agroecológica e Cultural do Apodi começou nesta quarta-feira, dia 23, reunindo mais de 200 pessoas, a maioria agricultores e agricultoras de assentamentos e comunidades da região, incluindo ainda representantes de dezenas de

entidades, dos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Não é um simples intercâmbio de experiências do povo que pratica outro modelo econômico no campo. E que, nesta região, está ameaçado pelo Projeto de Irrigação da Barragem Santa Cruz, que já tem 13 mil hectares desapropriados, onde vivem 800 famílias. A escolha do roteiro da Chapada do Apodi, que expande sua área pelo Ceará, não foi uma escolha técnica.

Mais de 150 famílias de agricultores e agricultoras de comunidades vizinhas aos assentamentos da região já tiveram suas terras desapropriadas pelo DNOCS (Departamento de Obras Contra a Seca), um órgão que iniciou vários processos de irrigação no Nordeste desde a ditadura, e que continua com o mesmo viés autoritário daquela época.

Os representantes das comunidades e de vários assentamentos já organizados e com produção econômica diversificada não foram ouvidos. Ou, se fizeram audiência pública, para discutir a questão, ninguém ficou sabendo. Uma parte da área foi invadida por cerca de mil famílias que formaram o acampamento Edivan Pinto, considerado o maior do MST no país, em solidariedade às comunidades agrícolas da Chapada do Apodi.

Dois anos de seca

A Caravana é uma iniciativa da Articulação Nacional do Semiárido (ASA), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Marcha Mundial das Mulheres, do Sindicato dos Agricultores e Agricultoras do Apodi, do MST, da CPT, da CETRA, todas multiplicadas em dezenas de outros grupos agroecológicos e da agricultura familiar, totalmente enraizados na região e em todo o semiárido – uma área que envolve nove estados, além do norte de MG, com uma população de 25 milhões de pessoas, e que sofre há dois anos com uma seca terrível.

Na região de Mossoró choveu apenas 300 milímetros no ano passado, para uma média que já é muito baixa para o semiárido, que é de 600 mm. E com uma escala de desertificação em andamento.

Ao longo dos 250 km que separa Fortaleza de Mossoró, o cenário de centenas de pés de carnaúba queimados é frequente. Uma área que era para estar cheia de água, como comentava o motorista Luciano, há 30 anos percorrendo os sertões do semiárido, agora deixa à mostra a areia quase branca em que se transformou o solo da região.

A Caravana é uma maneira de botar a boca no trombone, denunciar o conflito de dois modelos econômicos completamente antagônicos. Um totalmente concentrador, autoritário, industrial, mas com uma carga venenosa de resíduos deixados na terra e na atmosfera. O outro comunitário, diversificado, onde agricultores e agricultoras trabalham lado a lado, onde a esperança de um mundo melhor é uma causa real, não apenas um sonho distante. Produzir comida, manter a segurança alimentar da

comunidade, conviver com as características próprias da região, é uma opção por outro modelo, onde em primeiro lugar está a vida, a cultura e a história das comunidades. Depois o lucro, o aparato tecnológico.

A Força das Mulheres

Foi embaixo dos pés das castanholas, como se diz aqui, no pátio interior do Seminário Santa Terezinha na cidade, que ocorreu o lançamento da Caravana. Com muita música, com os tambores característicos da Marcha Mundial das Mulheres, com a poesia, o repente, o discurso indignado contra o agronegócio. No cerrado, a castanhola é conhecida como sete copas, mas ela é uma castanheira, tem raízes fortes, e na época da seca alimenta as araras.

As raízes dessa árvore traduzem a força desse povo, principalmente das mulheres, que fisicamente estão em maior número. O CETRA foi criado por uma mulher, dona Margarida, assistente social, na década de 1980, quando o marido advogado era o único disposto a defender os trabalhadores rurais.

Muitos morreram na luta pela reforma agrária, como Margarida Alves, da Paraíba, assassinada em 1983. Também Zé Maria Tomé morto com 25 tiros pelas costas no dia 21 de abril de 2010, em Limoeiro do Norte, onde já funciona um projeto de irrigação do DNOCS, com fruticultura empresarial, justamente o modelo oposto dos agricultores e agricultoras da Chapada do Apodi, do lado potiguar.

Desapropriações já começaram

É um projeto que também levará água a algumas cidades – duas adutoras previstas -, mas que tem um custo avaliado em R\$240 milhões, sendo que R\$5 milhões estão previstos para desapropriações. Também não é para menos, como diz um dos integrantes do Sindicato dos Agricultores e Agricultoras de Apodi, Agnaldo Fernandes. O DNOCS informa que vai desapropriar 157 casas, como se cada casa representasse uma família. Na verdade, uma casa é uma comunidade com 10 famílias. Como é o caso da Comunidade Palmares onde consta como uma desapropriação e vivem na área 30 famílias. Sem contar o custo de R\$700 por hectare pago como indenização.

Entretanto, não é apenas isso que está em jogo. As comunidades e os trabalhadores assentados não querem outro modelo convivendo no mesmo território. Não estão interessados em fruticultura industrial, porque praticam uma agroecologia totalmente diversificada, com feijão, milho, várias frutas, caprinos, ovinos, bovinos, viveiros de peixes, artesanato, comercialização em rede de economia solidária. Não querem o aparato do agronegócio, com seus venenos tecnológicos e sementes transgênicas.

No olho do furacão

Como disse na abertura Carlos Eduardo Leite, da executiva da ANA e trabalhando há mais de 20 anos na região de Juazeiro (BA): “assim como o povo foi para as ruas nas cidades, nós estamos vindo para o olho do furacão, para a zona de confronto, como no

Apodi, para ressaltar as experiências e as vivências dos agricultores e agricultoras da região e mostrar que existe outro modelo, existe uma alternativa para fazer frente ao agronegócio”.

Nesta semana também se iniciou a Caravana Agroecológica e Cultural da Amazônia, saiu de barco no dia 22 de Santarém (PA), onde a Cargill instalou um armazém com capacidade de estocar 1,2 milhão de toneladas de soja.

No próximo mês será a vez da Caravana do Sul, iniciando por Porto Alegre, passando por Florianópolis e terminando em Curitiba, onde oito agricultores continuam presos acusados de desviar verba do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mas será uma caravana temática, porque no Sul funcionam as redes de comercialização de produtos ecológicos. A ideia é mostrar trabalho e conflitos em todos os biomas brasileiros, acumulando uma rede de experiências, articulações de milhares de agricultores e praticantes da agroecologia, na sua maioria, componentes da agricultura familiar, será divulgada no III Encontro Nacional de Agroecologia, que acontecerá em Juazeiro entre os dias 26 a 29 de maio de 2014, no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco. As centenas de entidades ligadas a esse trabalho resolveram ampliar o leque de apoio ao movimento, incluindo outros segmentos da sociedade civil, das áreas da economia solidária, saúde pública coletiva e segurança alimentar.

O povo rural continua comemorando a vitória do lançamento do Plano Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica, realizado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 17 último. E outro fato muito importante: o convênio assinado entre a ASA e o BNDES no valor de R\$ 90 milhões para a multiplicações de tecnologia agroecológicas, formação de pessoas, gestão de recursos, ampliação dos bancos de sementes crioulas, no programa chamado “Uma terra – duas águas”. Não é recurso de mercado, é a título de desenvolvimento social mesmo, sem reembolso.

Na quinta, dia 23, sigo pela rota Romana Barros para conhecer algumas experiências, entre elas a rede Xique-Xique. À noite, todos se encontrarão em Apodi, para na sexta-feira à tarde visitar o acampamento Edivan Pinto, que já está sob a ameaça da decisão judicial de reintegração de posse. No sábado, a Caravana encerra com um ato público que inicia na feira livre da cidade pela manhã, contra o Projeto de Irrigação da Barragem Santa Cruz, definido pelos apodienses como o “Projeto da Morte”.

RJ: Incra e Inea avançam na regularização ambiental de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/10/2013

A reforma agrária no Rio de Janeiro deu um importante passo no sentido de adequar suas políticas à luz do novo Código Florestal Brasileiro e da Política Nacional do Meio Ambiente. Em reunião nesta quarta-feira (23/10), o Incra e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), órgão responsável por emitir as licenças ambientais do estado, pactuaram a assinatura de um termo de cooperação do Cadastro Ambiental Rural

(CAR). Também será assinado um protocolo de intenções para resolver as condicionantes das licenças provisórias já expedidas para os assentamentos criados.

A expectativa do Incra é que as assinaturas aconteçam na próxima quinta-feira (31/10), quando a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, fará o lançamento do CAR no Rio de Janeiro.

“Os documentos são estratégias independentes, porém complementares e devem caminhar juntos. Na prática, o CAR regulariza o imóvel, assentamento ou lote, de acordo com o novo código florestal, demarcando as áreas de Reserva Legal e as áreas de proteção permanente. Já o termo de compromisso regulariza o desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris e infraestrutura dos assentamentos”, explica o coordenador geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Carlos Eduardo Sturm, que veio de Brasília para participar da reunião no Rio de Janeiro.

O coordenador vem fazendo reuniões em vários estados no sentido de nivelar o entendimento, junto aos órgãos estaduais, sobre as mudanças no código florestal e a Resolução nº 458 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que simplificaram os procedimentos de licenciamento ambiental em assentamentos. “Saímos do Rio de Janeiro com um saldo positivo, pois haverá um empenho do Incra e do governo do estado na condução desses dois instrumentos”, afirmou.

A reunião na Secretaria do Estado do Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro contou ainda com a participação do secretário Carlos Minc, da vice-presidente do Inea, Denise Rambaldi, do superintendente do Incra/RJ, Gustavo Souto de Noronha, e de técnicos de ambos os institutos.

"Brasil Agroecológico" é avanço importante. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 25/10/2013

O programa demorou a sair do papel, mas deve ter um papel fundamental no futuro do país

Foi lançado no dia 17 de outubro, em Brasília, pela presidenta Dilma Rousseff, o programa “Brasil Agroecológico”, que cria o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Como decreto 7794/12, e “Política” (Pnapo), o programa já fora sancionado, em agosto do ano passado e, agora, desconfio que também como política, o governo o retirou da gaveta.

Futricas à parte, que ficarão sem dúvida por conta das folhas e telas cotidianas da Federação de Corporações Brasil, o Plano é uma tremenda conquista e um grande avanço.

E se o estopim para a iniciativa foi uma senhora de vestes longas, cabelos presos e adornos amazônicos, “no problema”. Cabe-nos agradecer e desejar felicidades a todos, em 2014.

O planeta costuma assistir ações que caíam de podre para serem evitadas e não o foram; outras que o fruto passava do ponto sem ser consumido.

São vários os exemplos e cada um dos leitores deve ter a sua série. Do primeiro seriado, costumo citar construir-se uma usina nuclear, à beira-mar, numa ilha próspera em muitas coisas, inclusive terremotos.

Do segundo, as décadas que levou até perceber-se a importância do ensino técnico, trocado por quilos de escolas genéricas de administração, uma em cada bairro das cidades.

Seja como política ou plano, e a sigla que mais agrada, que já são tantas, integrar agricultura e ecologia não é exatamente uma novidade. Triste apenas o atraso com que isso foi visto.

Agricultura familiar, produção orgânica, respeito à preservação ambiental e arranjos locais distributivos formam uma cadeia majestosa para a produção de alimentos, fibras, produtos de florestas e energia renovável.

É uma contraposição sadia à agropecuária empresarial, de larga escala, voltada à exportação ou ao mercado interno. O que determinará esse posicionamento serão os recursos privados para investimento e os preços de comercialização.

Assim deveria funcionar quando o capitalismo é inevitável e a selvageria, dispensável.

Friso: não estou falando em confronto, como querem alguns caiados e federados. Ou os movimentos sociais (há exceções) que param suas reivindicações na conquista de terras.

Falo exatamente do que está propondo o Planapo para o período 2013/2015.

Deverá atuar em quatro eixos, da mesma forma como recordei acima, que foi várias vezes ao papel e de lá não saiu: produção; uso e conservação dos recursos naturais; conhecimento; comercialização e consumo.

A diferença, agora, parece estar na grana e em algumas concepções mais bem pensadas e integradas, pois compartilhadas por vários ministérios, órgãos do governo especializados e membros da sociedade civil.

No Plano, por exemplo, descobre-se que há mulheres trabalhando no campo. Sim, muitas, e a elas precisa-se levar conhecimento por meio de assistência técnica e extensão rural.

Ensinar-se-á como transitar dos modelos convencionais de produção para aqueles sustentáveis. Para lavouras integradas com pastos e florestas, agroextrativismo em assentamentos, pesca e aquicultura.

De suma importância será a transferência de tecnologias de aplicação orgânica em unidades produtivas rurais por Embrapa, Universidades e Institutos Estaduais de Pesquisa.

Bem, estão disponíveis 8,8 bilhões de reais para serem gastos em três anos, e um monte de boas intenções.

Caberá a nós a cobrança dos êxitos.

O programa completo pode ser lido, inclusive para download, no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável não só pela sua implementação, como pelas dos Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Capítulo especial, recorrente nesta coluna, é a simplificar a geração e a aprovação de insumos específicos para tratamentos e manejos de extração com matérias naturais e orgânicas, capazes de aumentar a produtividade das lavouras, protegê-las contra pragas e doenças, permitir custos mais baixos e efeitos menos danosos ao ambiente.

Foi um grande passo. Falta não tropeçar no caminho.

Economia verde: parcerias são fundamentais para bons negócios. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/10/2013

Sociedade, governo e empresários formulam novo conceito

O papel da sociedade, governo e empresários na formulação do novo conceito de economia verde foi destacado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, no painel “Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma oportunidade de negócios”, que aconteceu na manhã desta sexta-feira (25/10), no Ciclo de Debates da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), em Brasília. “Estamos mostrando que esses três grupos estão conectados e engajados na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e na estruturação do novo conceito de economia verde”, disse a ministra.

Segundo Izabella, esse painel é particularmente interessante, pois faz parte de um novo ciclo, o da economia verde, resultado das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), que aconteceu em junho de 2012, no Rio de Janeiro. “A ONU aposta nesse novo caminho para uma agenda de desenvolvimento sustentável”, afirmou. A dimensão desse novo ciclo deve passar por mudanças de comportamento, logística financeira e mercado. “Além do papel determinante da sociedade, o setor privado é estruturante nas questões globais sustentáveis”, observou.

MECANISMOS

O representante do Instituto Nacional de Resíduos, George Hoccheimer, apresentou as principais linhas de trabalho do Instituto e ressaltou que a PNRS necessita aperfeiçoar os mecanismos econômicos e estimular modelos de gestão para viabilizar a logística reversa dos resíduos eletroeletrônicos que, segundo ele, nas condições atuais, é financeiramente inviável: “É importante que haja desenvolvimento contínuo de inovações, que possam ir além dos clássicos reduzir, reutilizar, reciclar, para incorporar “repensar”, “recusar”, “retornar”. Trata-se de processo que deve incorporar toda a diversidade de atores nessa área.”

BANCOS

Guilherme Cardoso, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), detalhou as linhas de financiamento do banco para projetos de gestão de resíduos sólidos, reciclagem e logística reversa. “O BNDES financia projetos na área de destinação final, coleta, tratamento e reaproveitamento de resíduos, e que há vários tipos de instrumentos diferentes para apoiar modelos diferentes de negócios, no setor de resíduos e de saneamento”, explicou.

Já o representante do Banco Fator, Glenn Peebles, destacou as oportunidades para o Brasil na implantação sustentável da PNRS, e das ações que o Banco Fator apoia nessa área. “A PNRS é um avanço expressivo para o Brasil, mas apenas o início de uma nova fase do País nessa área, visto que ainda estão pendentes regulações e planos específicos nas esferas federal, estaduais e municipais, e entre setores econômicos”, disse. Para ele, o cenário continua evoluindo mundialmente para novos modelos de negócio e tecnologias mais desenvolvidas. “Com a PNRS, o Brasil inicia a modernização na gestão de resíduos sólidos. Estima-se que o potencial de mercado seja de 4 a 5 vezes o atual faturamento de R\$ 22 bilhões estimado em 2012”.

O gerente-executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, Maurício Messias, mostrou como a instituição financeira vem trabalhando a agenda de economia verde. “Hoje buscamos entender, aprender e aplicar esse conceito na prática para fazer uma modelagem financeira de acordo com a sabedoria de parceiros sociais e governamentais”, argumentou. Para ele, o grande desafio hoje é aprender, dentro do segmento verde, as ações de cada um, sociedade, governo e empresas. “Tem que ser um processo integrado, pois como estamos falando de um mercado em expansão, precisamos unir os saberes de cada um em busca de bons resultados, de resultados sustentáveis.”

EMPRESARIADO CONCEITO VERDE

A geração de “empregos verdes”, dentro desse novo conceito de economia verde, foi defendida pela diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo. “É um emprego que contribui para a sustentabilidade ambiental mas que é exercido em condições decentes de trabalho”, disse. Para ela, o mundo de

hoje precisa dessas carreiras e as empresas necessitam desenvolver essa ideia de mudança. “Além da sustentabilidade, essas carreiras contribuem no processo de geração de riqueza no país”.

A coordenadora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Denise Hamú, afirmou a importância dos debates para a construção desse importante mosaico que está sendo montado na área de economia verde. “Cada um aqui tem papel importante para a construção desse conceito que não deve favorecer uma ou outra pessoa, mas sim a sociedade como um todo”, declarou. Na sua avaliação, a economia verde não pode ser vista como um conceito único, de aplicação universal, mas que deve “atender a peculiaridades específicas de cada grupo, região ou nação, visando prover oportunidades para melhor qualidade de vida”.

GOVERNO

A Secretária de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente, Mariana Meirelles, encerrou o painel destacando a necessidade de transformação da sociedade para desafios complexos como o Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, que encontra fortes elementos de interface com a PNRS. “A política é um elemento chave para o desenvolvimento de uma economia verde no país, por meio do fomento de novos negócios, da transformação de setores, a partir da gestão de resíduos e da instalação de sistemas de logística reversa, da inclusão dos catadores na cadeia da reciclagem, transformando empregos degradantes em empreendedorismo”, defendeu.

Para Mariana, há um grande papel a ser desempenhado por empresas líderes e que deverá incluir pequenas e médias empresas. Há que se dar destaque ao papel da inovação e do ecodesign, bem como o aperfeiçoamento da PNRS de forma a estabelecer uma política de incentivos que inclua: crédito e financiamento, desoneração, com o destaque para o papel de bancos como o do Brasil e o BNDES que possam atuar em sintonia com as políticas governamentais nesse setor.

Aquecimento global pode aumentar desigualdade no Brasil, alerta estudo. Daniela Chiarelli – Valor Econômico, Agronegócios. 25/10/2013

SÃO PAULO - A mudança do clima pode transformar o semiárido nordestino em região árida nas próximas décadas. As regiões costeiras serão impactadas pelo aumento do nível do mar – os riscos são de prejuízos estruturais a cidades litorâneas incluindo portos e obras de saneamento. Existe a chance de a água salgada invadir os aquíferos. O Brasil pode reduzir seu potencial de pesca em 6% nos próximos 40 anos e perder 11 milhões de hectares de terra adequadas à agricultura até 2030, o que colocaria em risco a produção de alimentos no Brasil. O aquecimento global pode aumentar a desigualdade entre ricos e pobres no Brasil.

Estas são as principais mensagens do estudo sobre “Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação” à mudança do clima produzido pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e divulgado nesta sexta-feira, 25, no Rio de Janeiro.

O Painel, que reúne quase 350 cientistas brasileiros, foi criado em 2009 para produzir informações científicas sobre a mudança do clima no Brasil. É ligado aos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente e funciona inspirado no IPCC, a sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, o braço científico das Nações Unidas.

“O que me chama mais a atenção neste relatório é algo não tão explícito”, diz Suzana Kahn Ribeiro, presidente do PMBC. “Com a mudança do clima, a tendência no Brasil, que já é um país desigual, é de se acentuar muito a desigualdade entre pobres e ricos.”

No estudo, os cientistas recomendam que os políticos não percam tempo e comecem a planejar já como o país deve se adaptar aos impactos da mudança do clima.

Há três anos, 345 pesquisadores de diferentes áreas e estados brasileiros vêm trabalhando no primeiro diagnóstico sobre o tema no Brasil, o Relatório de Avaliação Nacional (RAN1). O relatório foi dividido em três volumes, produzidos por três grupos diferentes de pesquisadores.

O GT1 agrupou as conclusões de estudos feitos entre 2007 e o começo de 2013 sobre a ciência do clima e as divulgou em setembro. Hoje foi lançado o sumário executivo do GT2, sobre os impactos e as vulnerabilidades do Brasil; em novembro será lançado o terceiro volume, sobre estratégias de redução de emissões de gases estufa.

NE em perigo

O estudo divulgado nesta sexta volta a apontar o Nordeste como a região do Brasil que mais deve sofrer, podendo ter forte redução nas áreas cultivadas de milho, arroz, feijão, algodão e girassol, com perda significativa da produção.

“Duas regiões poderão ser mais atingidas: toda a área correspondente ao agreste nordestino, hoje responsável pela maior parte da produção regional de milho, e a região dos cerrados nordestinos, como sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia”, avisa o estudo.

“No Nordeste, a população carente sofrerá ainda mais com a seca. Não só não resolvemos o passivo histórico naquela região como as coisas irão se agravar ainda mais”, diz Suzana Kahn. “A tendência é de aumentar a migração para áreas urbanas, que não têm como suportar mais demandas, e o campo se esvaziando.”

Agropecuária ameaçada

O aquecimento global, diz o relatório, pode colocar em risco a produção de alimentos brasileira como um todo, caso nenhuma medida mitigadora e de adaptação seja feita.

Além dos cenários agrícolas apontarem para uma redução de área cultivável, os efeitos negativos sobre a oferta de commodities devem resultar em elevação dos preços de arroz, feijão e carne. “No setor agropecuário, as consequências do aquecimento global serão inúmeras”, diz o estudo.

Os pesquisadores aconselham que o setor agropecuário aumente sua produtividade, sem desmatar mais, mas “reabilitando milhões de hectares de terras degradadas e adaptando-se às mudanças climáticas”.

Também sugerem a descentralização da produção, o melhoramento genético de variedades tolerantes à seca, a ampliação do acesso à tecnologia de irrigação eficiente e o plantio direto, entre outras práticas.

Há uma boa notícia nas projeções do estudo, no entanto: com o aumento da temperatura, o risco de geadas no Sul, Sudeste e Sudoeste será menor.

Risco à biodiversidade

Todos os biomas brasileiros – Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampas e Amazônia – são vulneráveis à mudança do clima. A mudança do uso da terra em larga escala pode alterar o clima regional, que será mais quente e mais seco sobre a região leste da Amazônia. Na região, diz o estudo, “a demanda de expansão de infraestrutura não pode correr o risco de ser desordenada”.

“Há o enorme risco da perda de biodiversidade. Estaremos perdendo algo que nem sabemos que temos. Nem sabemos o que estamos perdendo”, diz a pesquisadora.

Potencial hidrelétrico

O regime hidrológico também será alterado, e de forma diversa, sobre o território brasileiro. Ocorrerá um aumento de chuvas no Sudeste. Os riscos de desastres naturais, como enchentes e secas, devem ser observados de modo a identificar as populações que estão vivendo em risco. É preciso integrar tudo isso com sistemas de alerta precoce e planos de ação locais.

“Se ocorrerão mudanças nas vazões dos rios, como o estudo aponta, isso vai significar menor potencial hidrelétrico para ser aproveitado e é uma informação muito importante para o planejamento do setor elétrico”, diz Suzana Kahn. O setor energético pode ser afetado, segundo o relatório, tanto nos recursos energéticos como nos transportes e consumo de energia. “Em termos de oferta de energia, praticamente todas as opções estão expostas a algum grau de vulnerabilidade”, diz o relatório.

O estudo diz que “é preciso investir em um monitoramento ambiental sistemático e de longo prazo, no ordenamento territorial e no gerenciamento costeiro”. Recomenda que se estudem medidas de adaptação ao recuo das linhas de praia.

Os estudos que o relatório agrupa indicam erosão de áreas costeiras, com danos a obras de proteção.

Metrópoles em risco

As cidades, onde vive a maior parte da população brasileira, enfrentam impactos já significativos da mudança do clima. “Aumentar a resiliência das cidades envolve abordar redução da base de pobreza”, diz o estudo.

Quase todo o Nordeste, o noroeste de Minas Gerais e as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus são as áreas mais suscetíveis aos impactos da mudança do clima até o fim deste século.

Segundo o estudo, nos próximos 30 anos, a cidade do Rio de Janeiro é a que mais sofreria no Estado, com o aumento do nível do mar, chuvas mais fortes, inundações e doenças induzidas pelo fenômeno. “Se haverá um aumento de chuvas no Sudeste e um aumento no nível do mar, é preciso planejar a adaptação das cidades costeiras”, diz Suzana Kahn.

Mapear riscos

O diagnóstico também fala sobre os impactos na atividade industrial. “O custo da inação pode impactar os diversos segmentos da indústria brasileira, podendo ser mais alto que o custo de se implementarem medidas adaptativas às mudanças climáticas”, indica o trabalho.

A sugestão é que as áreas de risco sejam mapeadas em detalhes. No setor de transportes, que deve sofrer impactos na mobilidade urbana, é preciso tanto ter ações de redução na emissão de gases-estufa como investir na melhoria da infraestrutura e na diversificação da matriz. É preciso tanto realocar estradas e vias como adequar pontes e pavimentos de forma a suportar as condições meteorológicas.

Secas e inundações, ondas de frio e de calor e temporais já são mais frequentes, trazem risco à segurança e são vetores de doenças. O estudo aponta para que se construa um sistema nacional de registro de ocorrência de desastres, para que um arquivo histórico indique, também, as atitudes que devem ser tomadas em um evento extremo, o que aconteceu com as populações, qual a efetividade da ação do poder público.

A importância do PMBC é a de que os estudos do IPCC, da ONU, não tinham quase dados sobre o hemisfério Sul, diz Suzana Kahn.

Ela lembra também que o painel da ONU trabalha com médias. “É difícil para o tomador de decisão traduzir as médias em ações no seu país”, diz ela. Por isso foi criado o painel brasileiro, para “aproximar os dados da realidade do tomador de decisão”, diz.

CNMA mostra histórias de sucesso relacionadas à sustentabilidade. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/10/2013

Pessoas de todas as idades confraternizam durante reunião em Brasília

Pessoas de todas as partes do Brasil se reuniram na 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA). Com uma diversidade de culturas, experiências e ideais, 1.352 delegados se deslocaram até a capital do país para participar do evento, que teve como tema a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Todos com o mesmo objetivo: discutir medidas de proteção dos recursos naturais e de garantias dos direitos da população. Para os participantes, o saldo foi positivo.

Os catadores de materiais recicláveis compareceram em massa à Conferência. O diretor de uma cooperativa de Petrópolis (RJ), Jorge Rocha, 56 anos, elogiou o destaque dado às questões da profissão nos debates e propostas do evento. "Essa lei começa a dignificar o trabalho dos catadores, que tem extrema importância para a sociedade. É preciso contemplar todos que vivem dessa profissão", defendeu. "Uma reunião como essa propicia um grande aprendizado e dá força para a aplicação da Política de Resíduos Sólidos."

JUVENTUDE

Jovens preocupados com as políticas ambientais do país também marcaram presença. Entre as mais novas participantes do encontro, a estudante Jéssica Boniatti, 16 anos, veio de Nova Pádua (RS) com o intuito de se engajar mais no tema. "Comecei a me envolver no assunto participando das conferências municipais e estadual. Foi importante analisar as propostas e discutir a destinação correta dos resíduos sólidos. Esse é um assunto importante e pude perceber que há muita gente interessada no assunto", avaliou.

A diversidade cultural propiciou a troca de experiências entre os participantes dentro e fora das plenárias e salas em que foram realizados os painéis temáticos. Pelos corredores, pessoas dos lugares mais distantes puderam conversar e contar a realidade do local onde vivem. "Uma das coisas mais interessantes é poder encontrar gente nova com muita coisa a dizer. Assim, vamos conhecendo um pouco mais do Brasil", observou Júlio Magalhães, 47 anos, da etnia Macuxí, que vive em Conde (PB).

O que não falta são bons exemplos pelo país afora. Diretora de uma escola estadual de Carangola (MG), Betty Oliveira, 54 anos, contou que, na escola onde trabalha, não se usam copos descartáveis nem se desperdiça energia. No local, os alunos também são acostumados a separar o lixo. "A educação ambiental é muito importante para o sucesso da Política Nacional de Resíduos Sólidos", avaliou. Betty comemorou que propostas ligadas ao tema forma contempladas na Conferência. "É possível, sim, fazer a lei de resíduos sólidos valer. Os municípios só precisam se organizar", opinou.

Diante de tanta riqueza cultural, os participantes encontraram um ponto em comum. O presidente da Associação Empresarial de São Francisco do Sul (SC), Carlos Veiga, 42 anos, concluiu que a conferência serviu como um espaço democrático capaz de reunir as diferenças e semelhanças da população brasileira. "Apesar das peculiaridades de cada local, ficou evidente que as necessidades básicas dos municípios são bem parecidas. Todos estão buscando melhorias", afirmou.

Ipam vê tendência de aumento de incentivo a setores mais poluentes. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 29/10/2013

BRASÍLIA - Um diagnóstico sobre a tributação brasileira, feito pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), analisou a trilha das emissões de carbono das atividades econômicas e demonstrou que há uma tendência de aumento de incentivos tributários para setores altamente intensivos em emissões de gases-estufa.

Se o Brasil tem reduzido suas emissões de desmatamento, as de energia e agropecuária aumentaram 41,5% e 23,8% respectivamente, entre 1995 e 2005, e 21,4% e 5,3% entre 2005 e 2010, segundo o estudo Pegada de Carbono da Política Tributária Brasileira, divulgado na manhã desta terça-feira, 29, em seminário no Senado, em Brasília.

O estudo é uma tentativa de rastrear os impactos da política tributária do governo na perspectiva das emissões de gases-estufa. O trabalho mostra que os dois setores, que respondem por 67% das emissões nacionais, se beneficiam da política tributária do governo e que, tanto na área de energia, como na de agropecuária, a renúncia fiscal, referente aos gastos tributários, aumentou entre 2004 e 2013.

Segundo o advogado André Lima, coordenador de políticas públicas do Ipam e coordenador também do estudo, "há uma forte tendência de aumento de incentivos para atividades mais emissoras de CO²; a política brasileira de incentivos tributários não converge com a política nacional de mudança do clima e não considera a sustentabilidade como critério".

Política tributária & Sustentabilidade

Durante o seminário "Política Tributária e Sustentabilidade – Uma plataforma para a nova economia", realizado pelo Ipam, o Instituto Ethos e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) falou na criação de um grupo de trabalho que, em 90 dias, deve apresentar propostas para alterar a política tributária sob a ótica da sustentabilidade.

"É muito importante essa discussão", disse, na abertura do evento, Luiz Fernando Teixeira Nunes, secretário-adjunto da Receita Federal. "Por outro lado, é importante que não nos esqueçamos da questão orçamentária e da política fiscal no país", continuou. "Iniciativas no âmbito federal também devem ser perseguidas em nível estadual. Me

parece pouco efetiva uma política tributária de sustentabilidade se for tomada apenas em nível federal”.

“O peso dos custos ambientais ocultos na vida econômica é imenso”, lembrou o professor Ricardo Abramovay, do departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração (FEA), da USP. É preciso ter uma reforma tributária na qual não só o país cresça, mas que saiba em que direção, defendeu o professor.

Menos trânsito

Abramovay citou que, em 2013, os brasileiros terão gasto 18% de sua renda com automóveis e lembrou de um estudo que mostra que 7,5% do PIB de São Paulo é gasto nos congestionamentos ou R\$ 40 bilhões ao ano.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), disse, calculou que ficar parado no trânsito custa R\$ 29 bilhões. “Temos que vincular o que a economia oferece para a sociedade com resultados sociais. Tem algo muito errado em dizer que vamos crescer no país com uma política de mais automóveis.”

Tributo ambiental

Ronaldo Seroa da Motta, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pontuou que, no evento, todos estavam “pleiteando uma tributação ambiental, e um dos objetivos seria corrigir externalidades ambientais negativas”. “Há dois caminhos, o da criação de tributos e o da precificação”, disse. No segundo caso, seria a “tentativa de se criar um mercado, quando o mercado falhou”. Explicou: “Posso, por exemplo, criar um mercado de direitos de poluição”.

Para o professor Jorge Madeira Nogueira, do Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura da Universidade de Brasília (UnB), o “tributo ambiental não pode ser único e não pode ser mais um.” Citando o que ocorre nos países mais ricos da OCDE, “o tributo ambiental, se introduzido na gestão ambiental brasileira, não será apenas um, serão vários.”

O economista Marcio Pochmann, ex-presidente do Ipea e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), lembrou que o tema da sustentabilidade é transversal, “mas a forma que os governos tratam dele não é”.

“Não é possível que atravessemos este início de século sem rever novos mecanismos que induzam o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade justa e sustentável”, disse Caio Magri, gerente executivo do Instituto Ethos. “Temos que avançar e jogar este conteúdo nas discussões de 2014, em torno dos projetos políticos do país. Esta é uma agenda central.”

Lima, do Ipam, lembrou que “se discutimos aumento de imposto de cigarro, porque não discutirmos tributo sobre combustíveis fósseis, que afetam a saúde da população tanto quanto ou até mais?”.

A jornalista viajou a Brasília a convite do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa